

23/04/2003

Ações existem, mas faltam avaliações

Estudo da FGV/CDI será o primeiro no mapeamento da exclusão digital no País

Os números divulgados pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) expressam muito bem a situação brasileira no que diz respeito à inclusão digital. O "Mapa da Inclusão Digital" - estudo divulgado no último dia 10 - revela que 87,34% da população do País não têm acesso a computadores e à Internet em casa. Ao todo, são 149 milhões de habitantes sem contato com a Web, contra 26,7 milhões que podem ser considerados "incluídos digitais".

O resultado se agrava ainda mais quando se considera o grau de desenvolvimento das regiões. Alguns avanços foram contabilizados, porém, o estudo revela que o Brasil está longe de entrar no rol da democratização digital. O levantamento da FGV e CDI já figura como referência nacional para o planejamento de estratégias para a definição de ações para o combate à exclusão.

A grande questão, porém, é que o estudo da FGV/CDI vem suprir uma deficiência antiga do governo e das organizações diretamente envolvidas com o problema: a escassez de números, principalmente numa área como essa, que interfere diretamente em setores vitais como o mercado de trabalho. É tanto que a maioria das ações deflagradas surge por exigências de outros fatores, como o desemprego, ou simplesmente para suprir momentaneamente algumas deficiências. Não é à toa que o País tem assistido, na última década, a um notável crescimento da demanda de cursos de informática destinados às classes mais populares, sejam oferecidos pelos governos estaduais e ONGs ou aqueles que cobram preços mais acessíveis a esse público carente.

Programas de inclusão digital não faltam em Pernambuco. A Agência do Trabalho, que oferece treinamento gratuito principalmente na área de Informática, é um exemplo disso. "Não possuímos nenhum tipo de levantamento sobre o aproveitamento dos cursos. Sabemos do sucesso dos alunos através deles mesmos, que voltam aqui para nos agradecer", destaca Isa Varejão, supervisora do Grupo Origem - uma das ONGs parceiras da Agência no oferecimento dos cursos. O Secretário de Ciência e Tecnologia, Cláudio Marinho, também revela não ter conhecimento de qualquer estudo com tal propósito ou que demonstre algum resultado. "Existem muitos investimentos na realização de cursos, porém, são poucas as avaliações nesse sentido. Não há um acompanhamento do jovem egresso", reconhece o secretário.

O Programa para o Futuro, projeto-piloto de profissionalização e empregabilidade destinado a 50 jovens carentes da cidade, com idade entre 15 e 21 anos, é o primeiro que vem suprir essa lacuna. Além de preparar os jovens para lidar com ferramentas da tecnologia mais sofisticadas, o programa vai acompanhar a trajetória deles até o seu ingresso no mercado de trabalho. "A idéia é acompanhar passo a passo o desempenho de cada jovem", destaca Cláudio Marinho. Ele explica que isso se tornará possível através do programa e-mentoring, parte em que os selecionados terão acompanhamento integral de profissionais e empresas envolvidas no projeto. Ao final do curso, após oito meses de aulas e treinamento, eles serão entregues aos cuidados do Programa Primeiro Emprego, da Agência do Trabalho, que é vinculada à Secretaria de Políticas Sociais. Essa será a fase destinada à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

CDI vai monitorar ações

Preocupado em avaliar a qualidade do trabalho e em acompanhar mais de perto os jovens que freqüentam as Escolas de Informática e Cidadania, o Comitê para a Democratização da Informática em Pernambuco vai apresentar, em breve, um programa de monitoramento que vai acompanhar o desenvolvimento dos jovens, cruzando dados de cada um deles durante e após os cursos de especialização. O coordenador do CDI/PE, Marcelo Fernandes, explica que a falta de resultados é uma preocupação demonstrada desde o ano passado e revela que a elaboração do projeto já está em fase final. O software de monitoramento começa a ser testado em maio na comunidade de Chão de Estrelas. A fase de testes deve ser encerrada em agosto próximo.

"Em setembro, daremos uma parada para avaliar o programa. Se os resultados forem positivos, ele será implantado em todas as EICs do CDI/PE até dezembro. A tendência é que se torne uma ação definitiva, uma iniciativa de rotina em todas as escolas", destaca o coordenador. Marcelo ressalta, ainda, que o software não é fruto apenas do CDI/PE, mas é uma construção conjunta com as comunidades que participaram através de sugestões e críticas. "Não adianta passar apenas o conhecimento, também é preciso desenvolver uma metodologia de acompanhamento e, claro, de inclusão das comunidades atendidas", pontua.

Escola como ponto de partida

Abrir caminho para a democratização digital não significa, apenas, fazer com que os "excluídos" tenham acesso a computadores e à Internet. Conforme o "Mapa Digital da Exclusão" publicado pela Fundação Getúlio Vargas, o principal meio de diminuir essa disparidade é levar a informática às escolas, principalmente aquelas da Rede Pública. E nesse aspecto, os avanços contabilizados pela FGV foram significativos, mostrando que houve um aumento no número de escolas com computadores e laboratórios de informática.

De acordo com o estudo da FGV, o número de alunos do Ensino Fundamental matriculados em escolas com computadores subiu de 10,8%, em 1997, para 23,9%, em 2001. A situação é melhor entre estudantes do Ensino Médio, cujo percentual passou de 29,1% para 55,9%, no mesmo período. Um dado bastante animador, uma vez que a escola atua como o canal direto à inclusão digital, colocando jovens e crianças em contato direto com os micros, proporcionando uma familiaridade com as novas tecnologias.

Cláudio Marinho concorda que a informatização de escolas é fundamental, argumentando que "iniciativas isoladas não causam impacto". Todavia, ele ressalta que o conceito de "inclusão digital" deve ser ampliado para além da simples "alfabetização digital". "Não é apenas um cursinho de informática que vai gerar uma inclusão digital", ressalta Marinho, destacando que eles podem reduzir algumas barreiras, mas insignificantes a longo prazo.

O secretário explica que muito mais do que ensinar aos jovens apenas a informática básica, é preciso estimulá-los a pensar, a saírem em busca de novos horizontes, de outros conhecimentos. Ele destaca, ainda, que o jovem precisa estar preparado para trabalhar com ferramentas mais complexas - desenvolver softwares, por exemplo - e, assim, ter chances de fazer parte desse novo nicho que está se abrindo com a chegada do Porto Digital, um setor bastante promissor para profissionais mais especializados.

Andréa Cortez